



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como “sociedades de risco”. As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de “culturas do risco”. Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - ‘curtos-circuitos’, ‘sirenes desligadas’, ‘hidrantes sem água’, ‘falhas humanas’, ‘quebras de protocolo’ - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

Reparação da cultura ou a dinâmica do imaterial após o desastre de Mariana

Autoria: Bianca Pataro Dutra (Fundação Renova)

Este work analisa a continuidade das práticas imateriais na comunidade de Paracatu de Baixo, município de Mariana, após o rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015. O estudo se pautou no acompanhamento, durante os anos de 2018 a 2019, das manifestações imateriais religiosas, principais momentos rituais que propiciam que membros da comunidade voltem à sua área de origem. Por meio das festas de santos realizadas no chamado "Paracatu antigo", a comunidade retorna ao seu local primordial, sendo que as celebrações se tornaram referências culturais fundamentais no processo de sacralização do território atingido pelos rejeitos. Foram analisadas as festas de Santo Antônio, padroeiro da localidade, Menino Jesus, celebração associada à Folia de Reis, e Nossa Senhora Aparecida. O conceito de referência cultural, que, conforme Maria Cecília Londres Fonseca (2001) se refere às “representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes?” (FONSECA, 2001, p. 113), orientou a interpretação das celebrações religiosas como símbolos da memória, história e identidade cultural da comunidade de Paracatu de Baixo. Tal conceito direciona a perspectiva para além do patrimônio institucionalizado, abarcando as manifestações que a própria comunidade identificou como ícones de sua cultura, sem a necessidade da institucionalização desse reconhecimento por meio do registro de bens imateriais. Ao lado do conceito de referências culturais, a área de origem foi percebida a partir da noção culturalista de território discutida por Haesbaert (2004), que aborda a dimensão simbólica da apropriação do espaço. Assim, tem-se que, por meio da continuidade das celebrações religiosas, a área de origem de Paracatu de Baixo se configura como território de afirmação da cultura da comunidade no contexto pós-desastre. A partir desses festejos, observa-se que a memória se perpetua na área hoje tomada pela lama, sendo que os rituais sagrados se configuram como conexão entre o lugar deixado em 05 de novembro de 2015, e o espaço do desastre que é apropriado a partir das celebrações católicas.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: